

## Quem vai receber?

JOVENS COM UMA MISSAO IDE  
19.518.174/0001-79

Valor a ser pago Instituição  
R\$ 1.500,00 BCO BRADESCO S.A.

Forma de pagamento Chave Pix  
Conta corrente 19518174000179

Data do Pagamento  
04/04/2022

Assinatura realizada com sucesso!





## RECIBO

R\$1.500,00

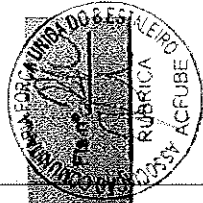
Recebemos da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FORÇA UNIDA DO BAIRRO ESTALEIRO, CNPJ 23.850.860/0001-10 a importância supra de R\$1.500,00 (Um Mil e quinhentos reais) proveniente de pagamento da parcela 03/12 referente a aluguel do imóvel situado na Avenida Santa Cruz, 205, Bairro Estaleiro em Contagem -- MG vencido nesta data.

Por ser verdade, firmamos o presente recibo

Contagem (MG), 04 de abril de 2022

JOVENS COM UMA MISSÃO  
Marcelo Antonio Baptista  
Vice-Presidente

210





**JOVENS COM UMA MISSÃO  
CONTAGEM**

## CONTRATO DE LOCAÇÃO COMERCIAL

**LOCADOR: JOVENS COM UMA MISSÃO – JOCUM, CNPJ 19.518.174/0001-79, situada à Rua Geraldo de Souza Meireles, 600, Bairro Granja Vista Alegre, Município e Comarca de Contagem – MG, com CNPJ 19.518.174/0001-79, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr Gilberto Botelho de Mello, Brasileiro, Casado, missionário, portador do CPF 619.413.287-68 e Identidade 492.311 (SSPES), residente e domiciliado à Rua Geraldo de Souza Meireles, 600, Bairro Granja Vista Alegre, município de Contagem, CEP 32046-110, fone (31)3358.5344**

**LOCATÁRIO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FORÇA UNIDA DO BAIRRO ESTALEIRO, CNPJ 23.850.860/0001-10, localizada à Rua Santa Cruz, 205, Bairro Estaleiro, Município de Contagem – MG, nesse ato representado pelo seu Presidente, Sr Vicente Xavier Mendes, Brasileiro, casado, portador do CPF 89226984620 e identidade 6276335, residente e domiciliado à Rua Santa Cruz, 145, Bairro; Estaleiro, Contagem-MG, CEP 32050353 e fone 031 39131910 CEL; 031 96692955, que se responsabiliza também por ser o fiador e principal pagador das mensalidades referentes a aluguel e demais obrigações desse contrato.**

### OBJETO

Clausula Primeira: O objeto do presente contrato é a locação do imóvel localizado na Rua Santa Cruz, 205, Bairro Estaleiro, Município de Contagem – MG, com terreno medindo 1.320,00 m<sup>2</sup> e com índice cadastral na Prefeitura Municipal de Contagem número 119690300001.

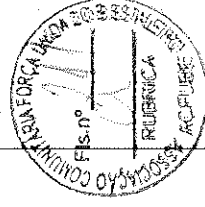
### DESTINAÇÃO

CLAUSULA SEGUNDA: O LOCATARIO utilizará o imóvel para fins de uso exclusivo com atividades na área de Educação da ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA FORÇA UNIDA DO BAIRRO ESTALEIRO, que não poderá ser alterado sem o prévio consentimento escrito do (a) LOCADOR (A), sendo vedada qualquer cessão, transferência ou sublocação ainda quando parcial e temporária, gratuita ou onerosa.

CLAUSULA TERCEIRA: Será equiparada a violação da Cláusula anterior, qualquer situação de fato pela qual o (a) LOCATÁRIO deixe de ocupar direta e integralmente o imóvel locado, em seu nome e conta própria.

### PRAZO

CLAUSULA QUARTA: A locação será pelo prazo determinado de 01 (um) ano, contando-se esse período de 01 de Janeiro de 2021 a terminar no dia 31 de dezembro de 2021, data em que o (a) locatário (a) obriga-se a restituir o imóvel completamente desocupado, em conformidade com a LEI 8245 (LEI DO INQUILINATO) e medida provisória 482 de 30-03-94



## JOVENS COM UMA VISÃO CONTAGEM

**CLAUSULA QUINTA:** Se o LOCATÁRIO (A) devolver o imóvel antes de transcorrido o prazo estabelecido na cláusula anterior ou rescisão ocorrer por inadimplemento de obrigação aqui ajustada pagará uma multa contratual correspondente a 01 (um) mês de aluguel, sem prejuízo do integral cumprimento das demais sanções legais e contratuais. (CODIGO CIVIL) art. 1193- Paragrafo Único.

**CLÁUSULA SEXTA:** Findo o prazo de locação estipulado na cláusula quarta, se não ocorrer a hipótese de rescisão ou a da renúncia, o que neste último caso deverá ocorrer mediante aviso por escrito de qualquer dos contratantes ao outro até 30( trinta) dias antes de se vencer cada período contratual, prorrogar-se-á a locação, consoante a assinatura de um novo contrato, com garantia consoante deste contrato.

### PREÇO

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O aluguel anual será de R\$18.000,00 (Dezoito mil reais) que será pago em 12 parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$1.500,00.

**CLÁUSULA OITAVA:** O aluguel será pago pontualmente até o dia 10 (Dez) de cada mês de locação ajustada na cláusula quarta deste instrumento, independente de cobrança, ou onde o (a) LOCADOR (A) determinar, estendendo-se esse prazo para o primeiro dia útil seguinte, caso coincida com sábado, domingo ou feriado.

**CLÁUSULA NONA:** Se o LOCADOR (A), ou seu representante legal, recusar recebimento sem justa causa ou o LOCATÁRIO (A) tiver dificuldade em efetuar o pagamento das obrigações contratuais deverá este (a) promover o respectivo depósito judicial até o 5 (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido. Não o fazendo, entende-se que ficou constituído em mora, para todos os efeitos legais, especialmente para incidência das obrigações adiante convencionadas.

**CLAUSULA DÉCIMA:** O aluguel será inteiramente líquido ao (a) LOCADOR (A) respeitada a legislação sobre a renda, ocorrendo por conta exclusiva do (a) LOCATÁRIO (A):

- a- Despesas de luz, água e serviços semelhantes, os comprovantes dos pagamentos deverão ser entregues ao (á) LOCADOR (A), ou seu representante legal, junto com o pagamento do aluguel vencido, no prazo da locação estipulado neste instrumento ou provável prorrogação;
- b- Pagamento de imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), além das taxas municipais relativas ao imóvel locado. Os comprovantes de pagamentos deverão ser entregues ao (á) LOCADOR (A) ou seu representante legal junto com o pagamento do aluguel vencido, no prazo da locação estipulado neste instrumento ou provável prorrogação.
- c- Satisfação de toda às exigências do poder público, relativa ao imóvel locado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Além das obrigações mencionadas, qualquer outra que caiba ao (á) LOCATÁRIO (A) e for pago pelo LOCADOR (A), poderá este (a) também cobra-lo junto e



# ALUGUELOS COM CONTAGEM

indissolavelmente com qualquer aluguel subsequente, aplicando-se á demora ou recusa de ressarcimento, as mesmas sanções que decorreriam do atraso no pagamento dos aluguéis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Obriga-se o (a) LOCATARIO (A) a remeter ao (á) LOCADOR (A), ou seu representante legal, dentro das 24 (vinte e quatro) horas de seu recebimento, qualquer correspondência, intimação ou notificação relativa ao imóvel locado, e, caso não o faça, assume integralmente todas as responsabilidades exigidas em tais intervenções e suas conseqüências.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: No ato da entrega das chaves o (a) LOCATARIO(A) liquidará os aluguéis até aquela data e apresentará os comprovantes quitados das despesas de que trata a cláusula décima, e depositará, mediante recibo a importância correspondente ao consumo de energia, água e taxa de condomínio e demais despesas dos dias que excederem o ultimo talão quitado, calculados á base do valor médio dos 3 (três) meses anteriores.

....

## CONSERVAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Obriga-se o (a) LOCATARIO (A) a devolver o imóvel no estado em que o recebeu, de acordo com o Laudo de Vistoria em anexo, que passa a ser parte integrante deste contrato.

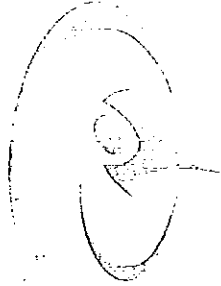
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O (A) LOCATÁRIO (A) satisfará á própria custa, com solidez e perfeição, todos os reparos e consertos de que necessite ou venha a necessitar o imóvel locado, satisfazendo, nesse sentido todas exigências das autoridades públicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O (A) LOCATARIO (A) será responsável pelos danos causados ao imóvel pelo mau trato ou por aqueles que resultarem para os vizinhos do mau uso do imóvel locado, não se prejudicando, durante os respectivos reparos, a continuidade deste contrato, em todos os seus efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: O LOCADOR ou seu representante legal poderá inspecionar o imóvel, pessoalmente ou através de representantes, sendo tal vistoria imprescindível antes da restituição, a fim de verificar a fiel observância das obrigações assumidas pelo (a) LOCATARIO (A) neste contrato, o (a) qual não poderá, sob pretexto algum fazer oposição a esse direito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: As benfeitorias ou acessões que vierem a ser introduzidas, de qualquer natureza, aderirão automaticamente ao imóvel locado, integralmente a plena propriedade do (a) LOCADORA (A). O consentimento escrito do LOCADOR (A), ou representante legal, todavia, será imprescindível. O LOCATÁRIO (A) renuncia desde logo, irrevogável, a todo direito de indenização, compensação ou retenção dos valores dispendidos.





**JOVENS COM UMA MISSÃO**  
**CONTAGEM**

**CLAUSULA DÉCIMA NONA:** As adaptações que se fizerem necessárias á instalação de aparelhos eletrodomésticos, inclusive ar-condicionado, e que precisa mutilar o imóvel, poderão ser efetuados mediante aviso prévio e consentimento do (a) LOCADOR (A), ou seu representante legal sempre escrito.

#### **SANÇÕES**


**CLAUSULA VIGÉSIMA:** Ao inadimplemento total ou parcial de qualquer das obrigações deste contrato serão aplicadas cumulativamente ou alternativamente, a juízo do (a) LOCADOR(A) ou seu representante legal, as seguintes sanções:

- a- Rescisão contratual automática, independente de interpeação judicial ou extrajudicial, não significa a tolerância de qualquer infração como renuncia deste direito, caso a mesma se repita ou se prolongue, com exigências das obrigações financeiras totais previstas neste contrato por antecipação.
- b- Multa penal igual ao valor do dano, em se tratando de mutilação física do imóvel e suas benfeitorias.
- c- Perdas e danos que se apurarem, incluindo custos processuais.
- d- Pagamentos dos honorários dos advogados e peritos do LOCADOR (A), ou seu representante legal, desde já fixado em 20 % (vinte por cento) se for litigioso e 10% (dez por cento) se for amigável.

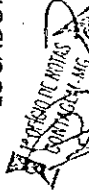
**CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:** As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Contagem-Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilégio que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam, elegendo o Foro da Comarca de Contagem-MG para quaisquer ações oriundas deste contrato.

Contagem (MG), 21 de dezembro de 2020

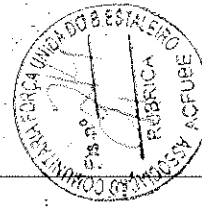
  
ASSOCIACAO COMUNITARIA FORÇA UNIDA DO BAIRO ESTALEIRO  
CONTAGEM-MG

LOCADOR: JOVENS COM UMA MISSÃO – CNPJ 19.518.174/0001-79

  
ASSOCIACAO COMUNITARIA FORÇA UNIDA DO BAIRO ESTALEIRO  
CONTAGEM-MG

LOCATÁRIO: ASSOCIACAO COMUNITARIA FORÇA UNIDA DO BAIRO ESTALEIRO

CNPJ 23.850.860/0001-10





IGREJA EVANGÉLICA DE CRISTO  
**CONTAGEM**

TESTEMUNHAS

1- \_\_\_\_\_

Marcio Antonio Baptista — CPF 796.612.898-91

2- \_\_\_\_\_

José Jorge de Oliveira — CPF 277.051.297-87





JOVENS COM UMA MISSÃO  
CONTAGEM

TESTEMUNHAS

1-

Marcio Antonio Baptista – CPF 796.612.898-91

2-

José Jorge de Oliveira – CPF 277.051.297-87





[Voltar](#)[Imprimir](#)

### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 19.518.174/0001-79

**Razão Social:** JOVENS COM UMA MISSAO

**Endereço:** R GERALDO DE SOUZA MEIRELES 600 / GRANJA VISTA ALEGRE /  
CONTAGEM / MG / 32046-110

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

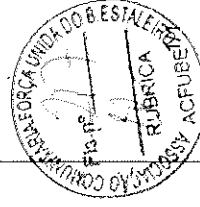
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

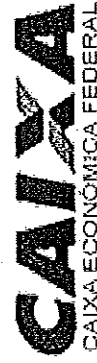
**Validade:** 07/04/2022 a 06/05/2022

**Certificação Número:** 2022040700355476963341

Informação obtida em 19/04/2022 10:24:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



[Voltar](#)[Imprimir](#)

### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 19.518.174/0001-79

**Razão Social:** JOVENS COM UMA MISSAO

**Endereço:** R GERALDO DE SOUZA MEIRELES 600 / GRANJA VISTA ALEGRE /  
CONTAGEM / MG / 32046-110

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

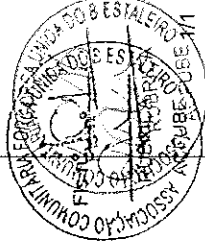
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 28/02/2022 a 29/03/2022

**Certificação Número:** 2022022800175060800510

Informação obtida em 07/03/2022 09:19:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



## Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

**Inscrição:** 23.850.860/0001-10

**Razão social:** ASSOCIACAO COMUNITARIA FORCA UNIDA DO BAIRRO ESTALEIRO

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
17/04/2022	17/04/2022 a 16/05/2022	2022041700283407411701
29/03/2022	29/03/2022 a 27/04/2022	2022032900303052627261
03/2022	10/03/2022 a 08/04/2022	2022031000435949639390
19/02/2022	19/02/2022 a 20/03/2022	2022021900472727070302
31/01/2022	31/01/2022 a 01/03/2022	2022013100500974961851
12/01/2022	12/01/2022 a 10/02/2022	2022011201073301089735
23/12/2021	23/12/2021 a 21/01/2022	2021122301541172802484
04/12/2021	04/12/2021 a 02/01/2022	2021120401472384602928
15/11/2021	15/11/2021 a 14/12/2021	2021111501514683067440
27/10/2021	27/10/2021 a 25/11/2021	2021102701445171192612
08/10/2021	08/10/2021 a 06/11/2021	2021100801390793568621
19/09/2021	19/09/2021 a 18/10/2021	2021091901284605410127
31/08/2021	31/08/2021 a 29/09/2021	2021083101495591159115
12/08/2021	12/08/2021 a 10/09/2021	2021081201511927491288
25/04/2021	25/04/2021 a 22/08/2021	2021042502044920693442
06/04/2021	06/04/2021 a 05/05/2021	2021040602004083130421
18/03/2021	18/03/2021 a 16/04/2021	2021031801420751686460
27/02/2021	27/02/2021 a 28/03/2021	2021022701541409143861
08/02/2021	08/02/2021 a 09/03/2021	2021020801352729366129
20/01/2021	20/01/2021 a 18/02/2021	2021012003263191902652
01/01/2021	01/01/2021 a 30/01/2021	2021010102235747340006
13/12/2020	13/12/2020 a 11/01/2021	2020121301432545034031
24/11/2020	24/11/2020 a 23/12/2020	2020112403200194555411
05/11/2020	05/11/2020 a 04/12/2020	2020110503054480159039
17/10/2020	17/10/2020 a 15/11/2020	2020101703103869652767
28/09/2020	28/09/2020 a 27/10/2020	2020092802314334109704
09/09/2020	09/09/2020 a 08/10/2020	2020090903241051516427
21/08/2020	21/08/2020 a 19/09/2020	2020082103585304152598
02/08/2020	02/08/2020 a 31/08/2020	2020080203034018872608
14/07/2020	14/07/2020 a 12/08/2020	2020071403394759810155





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **JOVENS COM UMA MISSAO**  
CNPJ: **19.518.174/0001-79**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

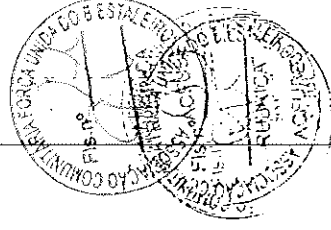
Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

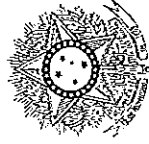
Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 14:53:29 do dia 12/11/2021 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 11/05/2022.

Código de controle da certidão: **F287.E714.8885.4BD4**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JOVENS COM UMA MISSAO (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 19.518.174/0001-79  
Certidão n°: 7559534/2022  
Expedição: 07/03/2022, às 09:18:56  
Validade: 03/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JOVENS COM UMA MISSAO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **19.518.174/0001-79, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.  
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.  
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).  
Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

